



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

CONTRATO Nº 05/2023

PROCESSO Nº 032/2023

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023

CONTRATO Nº 005/2023

**CONTRATO Nº 005/2023 – CONTRATO
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES DE
CANGUÇU E O SR. CARLOS
MACHADO – PARA O DIA VINTE E
QUATRO DE MAIO DE 2023 –
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023 –
PROCESSO Nº 032/2023**

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU doravante denominada LOCATÁRIA, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no *CNPJ*: nº 90.320.847/0001-46, sediada a Rua General Osório, nº 979, bairro Centro, Canguçu- RS, neste ato representado pelo seu Presidente Luciano Zanetti Bertinetti, CPF nº 001.012.030-04, RG: 907.235.468-2;

CONTRATADO: CARLOS ALBERTO MACHADO GOULART inscrito no *CNPJ*: nº 45.331.572/0001-91 doravante denominado contratado, portador CPF: 301.775.020-53 - RG 201.072.004-9, residente e domiciliado na Rua Professor Aluizio Palmeiro de Escobar, nº 2906, Bairro Areal, Pelotas – RS.

Celebram entre si este **CONTRATO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO**, que se regerá pela Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no que couber no disposto no Código Civil Brasileiro e pelas cláusulas e condições seguintes:

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, constante do **Processo Nº 032/2023**, na modalidade de “INEXIGIBILIDADE” e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. O contrato será regido e tendo como fundamento o disposto na Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, a inexigibilidade com base no Inciso II do Art. 25 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a: Contratação do Sr. Carlos Machado, que será mediador do painel sobre direitos e cidadania que será realizado no dia 24/05/2023 às 19 h no Clube Harmonia, Canguçu – RS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. Pela contratação, ora ajustado o Contratante pagará ao Contratado, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos).

2.2. O pagamento será feito contra Nota de Empenho, mediante a apresentação do Recibo na Tesouraria, na sede da Contratante, em até cinco dias uteis, devendo a



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

despesa correr à conta da dotação consignada à Unidade Orçamentária – 3.3.90.39.99.15.00 **Serviços Diversos Outros.**

2.3. Vencido o prazo de que trata o subitem **2.2** sem que tenha ocorrido o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, entre as datas previstas e efetiva do pagamento, de acordo com a variação “pro-rata tempore” do IGPM, acrescido de juros de 0,033% ao dia.

2.4. O preço contratado será considerado completo, incluindo despesas de seguro, serviços que abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA E RESPONSABILIDADES

3.1. A **CONTRATADA** garante que o serviço a ser fornecido é o descrito no item **1.1.** deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Câmara, através do servidor Natanael Penning Voss a quem competirá comunicar as falhas por ventura constatadas no comprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção.

4.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Câmara.

4.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a Câmara.

4.4. Qualquer fiscalização exercida pela **Câmara**, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a **CONTRATADA** de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pela inexecução total ou parcial do que foi proposto e contratado, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da aplicação de uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cuja importância deverá ser recolhida, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante a Câmara, sob pena de ser incurso no inciso IV, do artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia defesa.

5.2. A aplicação das penalidades previstas neste item não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha causar a Câmara.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços são os constantes do objeto, em conformidade com descrito na Cláusula Primeira constante do Processo nº 032/2023.

6.3. É vedada a transferência parcial ou total dos serviços deste contrato a terceiros pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. A vigência está restrita a duração do evento: Dia 24/05/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. A contratação decorrente deste instrumento poderá ser rescindida nos seguintes casos:



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da Câmara, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, sem que sejam obrigados a responder por ônus ou prejuízos resultantes, desde que haja conveniência para a Câmara;

8.1.3. Pela Câmara, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** direito à indenização, quando esta:

- a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) não recolher no prazo determinado as multas impostas, e
- c) transferir o Contrato a terceiros, no todo ou em parte.

8.1.4. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, e-mail ou fax, na sede da Câmara ou da **CONTRATADA**.

9.2. Aplicam-se, no que couber, os art. 77, 78, 79, 80, 81, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666/93, para todos os efeitos legais.

9.3. Durante toda a execução do contrato, a **CONTRATADA** se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Canguçu – RS para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Canguçu - RS, 18 de Maio de 2023.

LUCIANO ZANETTI BERTINETTI
Presidente da Câmara Municipal

CARLOS ALBERTO MACHADO GOULART
Contratado

TESTEMUNHAS:

01- _____
Assinatura

CPF _____

02 - _____
Assinatura

CPF _____